Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 11ª Edição - Vol. 11 - Ano: 2020. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

MAQUIAVEL E O ESTADO "ABOMINÁVEL": UMA ANÁLISE DA OBRA O PRÍNCIPE ATRAVÉS DA PSICANÁLISE FREUDIANA

Marcos Vitor Costa Castelhano 1*

Mychaell Douglas de França Sousa 2*

Gerlane Costa dos Santos 3*

Resumo: A política moderna, fundada por Maquiavel, surge com o intuito de contra-argumentar com os aspectos tradicionais antes expressos pelas teorias que se debruçavam perante tais temáticas, repensando sobre qual seria a função do governante nas atividades administrativas defronte os limites do âmbito estatal na manutenção das contingências contextuais. Com isso, o autor objetiva, por meio de sua hipótese, elucidar uma nova forma de reger o Estado, sendo aquele bastante influenciado pela condição que permeava a Itália de seu tempo, encontrada bastante vulnerável em meio as ambições estrangeiras e combates internos constantes. Sendo assim, edificou um conjunto de ideias que marcariam a transição da decadência falsamente obliterada para a glória nacional, guiada pelo propósito da ligação dos povos itálicos. Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo primordial analisar o espectro unitário da obra O Príncipe e seu confronto com as normativas sociais de sua época por intermédio do olhar psicanalítico, valorizando os postulados e conceitos da Metapsicologia freudiana para uma investigação coesa da temática apresentada. A partir disso, além da obra-base supracitada, foram utilizados como referencial teórico os ensaios produzidos pelo pai da Psicanálise: O Futuro de uma Ilusão ,Mal-estar na Civilização, Totem e Tabu, entre outros;. Utilizou-se também de artigos e obras explorados por meio das plataformas digitais Google Acadêmico e *Scielo*. Para a reflexão proposta, foram usados recortes especulativos dos conhecimentos psicanalíticos e filosóficos que pudessem fomentar a dialética intrínseca deste trabalho, indo além do superficial.

Palavras-chave: Maquiavel. Psicanálise. Estado. Freud

Abstract: Modern politics, founded by Machiavelli, arises with the intention of counter-arguing with the traditional aspects previously expressed by the theories that dealt with such themes, rethinking about what would be the role of the governor in administrative activities in front of the limits of the state scope maintaining contextual contingencies. With this, the author aims, by means of his hypothesis, to elucidate a new way of governing the State, the latter being quite influenced by the condition that permeated Italy

* 1 Graduando do curso de psicologia do Centro Universitário de Patos (UNIFIP). E-mail: castelhanophilospsi@outlook.com

* 2Graduando do curso de psicologia das Centro Universitário de Patos (UNIFIP). E-mail: maicon.douglas.net@hotmail.com

* 3 Psicóloga Atuante. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Saúde Mental (Facisa) e em Saúde Coletiva (Uninter). Mestranda em Ciências da Educação (FACSU). Doutoranda pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES). Email: gerlanepsic12@hotmail.com

of his time, found quite vulnerable amid foreign ambitions and constant internal struggles. Thus, he built a set of ideas that would mark the transition from falsely obliterated decay to national glory, guided by the purpose of connecting the Italic peoples. In this sense, this study has as its primary objective to analyze the unitary spectrum of the work O Príncipe and its confrontation with the social norms of its time through the psychoanalytic view, valuing the postulates and concepts of Freudian Metapsychology for a cohesive investigation of the theme presented. From this, in addition to the aforementioned basic work, the essays produced by the father of Psychoanalysis were used as a theoretical reference: The Future of an Illusion, Malaise in Civilization, Totem and Taboo, among others ;. It also used articles and works explored through the digital platforms Google Scholar and Scielo. For the proposed reflection, speculative clippings of psychoanalytic and philosophical knowledge were used that could foster the intrinsic dialectic of this work, going beyond the superficial.

Keywords: Machiavelli. Psychoanalysis. State. Freud

Introdução:

A política moderna, fundada por Maquiavel, surge com o intuito de contra-argumentar com os aspectos tradicionais antes expressos pelas teorias que se debruçavam perante tais temáticas, repensando sobre qual seria a função do governante nas atividades administrativas defronte os limites do âmbito estatal na manutenção das contingências contextuais (Amorim, 2016; Cotrim, 2007; Contrim e Fernandes, 2011).

Com isso, o autor objetiva, por meio de sua hipótese, elucidar uma nova forma de reger o Estado, sendo aquele bastante influenciado pela condição que permeava a Itália de seu tempo, encontrada bastante vulnerável em meio as ambições estrangeiras e combates internos constantes. Sendo assim, edificou um conjunto de ideias que marcariam a transição da decadência falsamente obliterada para a glória nacional, guiada pelo propósito da ligação dos povos itálicos (Bignotto, 2003; Winter, 2006; Adverse, 2007).

Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo primordial analisar o espectro unitário da obra O Príncipe (2010) e seu confronto com as normativas sociais de sua época por intermédio do olhar psicanalítico, valorizando os postulados e conceitos da Metapsicologia freudiana para uma investigação coesa da temática apresentada.

A partir disso, além da obra-base supracitada, foram utilizados como referencial teórico os ensaios produzidos pelo pai da Psicanálise: O Futuro de uma Ilusão (1987), Mal-estar na Civilização (1996a), Totem e Tabu (1996b), entre outros;. Utilizou-se

também de artigos e obras explorados por meio das plataformas digitais Google Acadêmico e *Scielo*.

Para a reflexão proposta, foram usados recortes especulativos dos conhecimentos psicanalíticos e filosóficos que pudessem fomentar a dialética intrínseca deste trabalho, indo além do superficial.

Fundamentação teórica:

Incialmente, para compreender a tese desenvolvida por Maquiavel (2010), deve-se entender a definição de Estado para o autor, compreendida como a instituição que visa garantir a unificação social diante do conflito administrativo, sendo que o comandante tem de fazer de tudo para manter sua posição, existindo uma tensão constante entre duas categorias: os que estão no comando comunitário e não querem se ausentar e os que almejam o domínio estatal. Entre as lutas públicas e seus trâmites, quem usufruiria dos resultados propostos seria o povo, pois é em face da batalha pelo poder que se desenvolve a dinâmica da sociedade (Cotrim e Fernandes, 2011).

Demonstrando que a filosofia não seria capaz de visualizar o Estado pela via utopista ou por uma perspectiva ideal, como traziam os clássicos e os pré-renascentistas, uma vez que o fundamento do poder seria encontrado na civilização e sua história (Pinzani, 2004), tanto que Maquiavel (2010) expõe inúmeros governantes e suas façanhas e erros interpretativos, tencionando clarificar as condutas e ideologias que deveriam ser buscadas e evitadas pelos mesmos.

Segundo Bignotto (2008) os componentes políticos tenderiam a considerar esse aspecto estratégico e coeso das atividades regentes com o intuito de lidar com a natureza humana e o convívio social. Sendo o homem egoísta, este institui o seu desejo acima das vontades dos demais, impossibilitando o estabelecimento da harmônia social, vigorando o caos particular da sociedade (Amorim, 2016).

Dessa forma, é improvável uma paz espontânea nas interações sociais, tendo em vista que isso não é algo intrínseco a inata natureza do ser, revelando a função do príncipe na manutenção das tensões internas e externas, não permitindo que seu cargo seja usurpado ou o povo se sinta insatisfeito com a gestão, pois em ambos os casos a sua reputação estaria arruinada (Pinzani, 2004).

Quando levado a discussão da constituição humana para o âmbito psicanalítico, Freud (1987, 1996a e 1996b) comenta que os sujeitos são seres pulsionais que entram em

combate constante com as diretrizes civilizatórias. Subsistindo no indivíduo dois impulsos essenciais para sua formação: o Eros voltado a conservação, união e preservação dos sujeitos; e a pulsão de morte pautada na agressão, violência e destruição (Kusnetzoff, 1983; Gacia-Rosa, 1983; Fadiman e Frager, 1986; Hall, Lindsey e Campbell, 2001; Schultz e Schultz, 2002; Teixeira, Bock e Furtado, 2008; Bragholli, 2010; Mednicoff, 2015;).

Através desses impulsos indissociáveis do ser, o sujeito lidaria com as contingências de suas experiências e as restrições da sociedade ante seus desejos inconscientes manifestados de forma deslocada, visto que a civilização, por meio de sua organização simbólica paterna, tem o objetivo de interditar todos os elementos humanos que vão de encontro com os ideais sociais (Freud, 1996a).

Partindo das afirmativas acima, percebe-se que, enquanto Maquiavel (2010) enfatiza o aspecto autocentrado nos indivíduos, Freud (1996a) elenca a ambivalência de afetos nos mesmos, pois, ao mesmo tempo que seus fatores permitem a integração gregária, também defrontam-se com os parâmetros delimitados pela ordem social. Entre as demais diferenças contextuais, Freud (1996b), mesmo que comente a existência de um contrato social que funda a civilização ocidental, não defende um modelo integrativo específico, como faz Maquiavel (2010).

Outro ponto primordial para compreender a teoria maquiaveliana seria a divisão necessária da moral coletiva com a moral privada, ou seja, o gestor em sua vida política não tenderia a ser influenciado pelos aspectos de seu cotidiano particular, tendo como princípio as atitudes que manteriam sua força (Gomes, 2011; Manieri, 2015). Isso aconteceria pelo fato de que nem toda conduta ética seria saudável para conservação estatal; então, uma escolha seria boa ou ruim a partir de seu resultado, independentemente de ser considerada convergente com a moralidade local (Rodrigo, 2008; Ames, 2011).

Indicando que o domínio do Estado seria uma posição ímpar que não conseguiria ser ocupada por qualquer pessoa, em que o príncipe buscaria obter virtudes específicas e saberes para lidar com as contingências positivas ou negativas em determinado contexto (De Toledo e Bernardo, 2002; Lima, 2012), isto é, a política seria uma arte estratégica da administração pública, dado que o domínio pelo soberano seria seu propósito indubitável (Vidal, 2010; De Souza Ramos, 2014).

Todavia, Freud (1996c) expõe que os elementos coletivistas, ao invés de expressar seus fatores destrutivos, deveriam ter como fim o Eros Social, ou seja, unir todos os sujeitos à medida do possível, evitando ao máximo guerras e conflitos internos

que poderiam ser germinados, enfatizando a condição dúbia da civilização, caracterizada pela defesa e opressão dos indivíduos, visando a integração social e o bloqueio dos impulsos que tendem ao deslocamento (Freud, 1996b; Koltai, 2010).

Em vista da transição dos modelos governamentais, pesquisadores como Bignotto (1991), Lewandowski (2005), Singer (2006), Adverse (2007), Silva (2010), Kritsch (2010) e Cardoso (2015) afirmam que Maquiavel representava o príncipe como a personificação da congregação territorial e política, tendo como base a realidade italiana de seu tempo, já que após a determinação institucional existiria a possiblidade do desenvolvimento de uma república, marcando uma atividade conjunta do povo com seu príncipe em busca da emancipação da potência de sua região (Alves, 2008), considerando uma unidade estatal que se apresenta como incontrolável diante de outras instituições, tendo, por exemplo, a própria Igreja (Maquiavel, 2010; De Sousa, 2015).

Sendo assim, a cosmovisão lapidada por Maquiavel entra em constante divergência com os tratados filosóficos até então elaborados na civilização ocidental, indo de encontro com autores clássicos como÷ Aristóteles (1979 e 2007), Bacon (1999), Platão (2002), Campanella (2004), entre outros; construindo, como mencionado, uma teoria que pauta o Estado através do fundamento realístico, não visando fatores utópicos e/ou ideais. Entretanto, a teoria maquiaveliana, mesmo partindo de premissas contrárias a filosofia tradicional, ainda sim possibilitou uma nova forma de enxergar as organizações sociais, fundando a denominada concepção política moderna, influenciando diversos nomes como÷ Hobbes (1983), Rousseau (2008), Locke (2004), Bobbio (2003) e todo o pensamento filosófico desde então, permitindo a crítica a moralidade e de sua influência na gestão compelida a união ideológica e expansiva (Amorim, 2016).

Apesar da temporalidade dos postulados maquiavelianos, sem embargo seus elementos podem ser considerados atuais em face do valor e forma que edificam o propósito de comandar (Almeida, 2011; Oliveira, 2012; Coelho, 2013; Beirão, 2017). Enumerada essa premissa, compreende-se que as inclinações de Maquiavel (2010) e Freud (1996a) enfatizam o papel regulador da sociedade nos comportamentos dos sujeitos, evitando que certos desejos sejam aflorados, representado o fascínio particular desses pensadores sobre a natureza e as paixões humanas tanto no âmbito antropológico da constituição individual (ou subjetiva) dos integrantes civilizados como nas constantes restrições motivadas nas leis explícitas e nos impedimentos implícitos dos sodalícios, manifestando a necessidade de satisfação e segurança de cada cidadão (Seixas, 2010).

Por fim, através do estudo apresentado foi constatado que, apesar das divergências contextuais e supositícios entre Maquiavel (2010) e Freud (1996a, 1996b; 1996c e 1987), os dois pensadores coadunam suas linhas argumentativas na função coercitiva dos fatores expelidos da integração social, desvelando os interesses secretos dos cidadãos para transgredir as normas estabelecidas pela administração vigente, além dos conflitos inerentes ao convívio social.

Conclusão:

Esse trabalho objetivou trazer a ótica maquiaveliana sob uma nova perspectiva em razão da Psicanálise Clássica e em suas definições interpretativas, coadunando os aspectos do Estado elencados por Maquiavel e a cosmovisão freudiana sobre a civilização em frente suas funções e dinâmicas, tencionando o enriquecimento do arcabouço literário da Psicologia, Psicanálise e Filosofia referente a tal temática, instigando cientistas e pesquisadores que se interessem pelo conteúdo apresentado; construindo, acima de tudo, um conjunto de reflexões que permitam adentrar o contexto contemporâneo por intermédio das lapidações conceituas que influenciaram a composição da sociedade ao longo da história da humanidade, entendendo um pouco de sua dialética na presença da estrutura social.

Referências:

BRAGHIROLLI, E. M. Psicologia Geral. Porto Alegre: Vozes, 2010.

HALL, C. S., LINDSEY, G., & CAMPBELL, J. B. (2000). Teorias da Personalidade .

Porto Alegre: Artmed, 2000. ISBN 85-7307-55-0.

PLATÃO. República. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002. Tradução de

Enrico Corvisieri

BACON, F. Nova Atlântida. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Col. Os Pensadores)

CAMPANELLA, Tommaso. A Cidade do Sol. São Paulo: Martin Claret, 2004

HOBBES, Thomas. Leviatã. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. (Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva). 3. ed. São Paulo: AbrilCultural, 1983. Col. Os Pensadores.

ARISTÓTELES, Ética a Nicômaco. In: Os Pensadores vol.II. Trad. Leonel Vallandro & Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo. Abril Cutural, 1979.

ARISTÓTELES. Política. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

KANT, Crítica da Razão Prática. 1° Edição Bilingue. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Editora paz e terra, 2005

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da Teoria Geral do Estado, 23a ed., São Paulo, Saraiva, 2003.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. In: Os pensadores. Trad. Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 2º Ed. São Paulo: Abril Cultural: 2004

MORE, Thomas. A Utopia. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005

livres. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo:Companhia das Letras, 2005.

ROUSSEAU, Jean Jacques – Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens / Jean Jacques Rousseau; [introdução de João Carlos Brum Torres]; tradução de Paulo Neves. – Porto Alegre, RS : L&PM, 2008.

COTRIM, G. Fundamentos da filosofia: história e grandes temas.Rio de Janeiro: Saraiva, 2007

COTRIM, G.FERNANDES, M. Filosofar. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011

PINZANI, Alessandro. Maquiavel & o príncipe. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. Visão geral

ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. Trans/form/ação, v. 30, n. 2, p. 33-52, 2007. Republicano

BIGNOTTO, Newton. Maquiavel republicano. São Paulo Edições Loyola, 1991.

BIGNOTTO, Newton. A antropologia negativa de Maquiavel. Analytica. Revista de Filosofia, v. 12, n. 2, p. 77-100, 2008.

DE TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut; 1111BERNARDO, Leandro Ferreira. Virtù e Fortuna no pensamento político de Maquiavel. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 24, p. 91-102, 2002.

GOMES, João Carlos Lino. Ética, política e poder em Maquiavel. Síntese: Revista de Filosofia, v. 20, n. 60, 2011. - uso da força

ALVES, Marcos Alexandre. A Ética como Virtude Cívica em Maquiavel. Thaumazein: Revista Online de Filosofia, v. 2, n. 3, 2008.

DE SOUZA RAMOS, Silvana. Maquiavel e a Política do Desejo. Cadernos de Ética e Filosofia Política, n. 24, p. 40-61, 2014.

MANIERI, Dagmar. O conceito de virtù em Maquiavel. Revista Crítica Histórica (11), p. 128-147, 2015.

SANTOS, Laerte Moreira dos. A virtù do povo na filosofia de Maquiavel. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Ricardo. Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 72, p. 37-173, 2010.

VIDAL, Maria José da C. Souza. Éthos e política segundo Maquiavel. Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação, 2010.

RODRIGO, Lidia Maria. Ética e política em Maquiavel. Filosofia na escola: diferentes abordagens, p. 41, 2008

DE SOUSA, Vimerson Araujo. A relação entre política e religião em Maquiavel. Cadernos Espinosanos, n. 32, p. 237-266, 2015

LIMA, Ari. A liderança segundo Maquiavel. Joinville, Clube de Autores (managed), 2012.

AMES, José Luiz. Lei e violência ou a legitimação política em Maquiavel. Trans/Form/Ação, v. 34, n. 1, p. 21-42, 2011. O povo decide quem governa

WINTER, Lairton Moacir. A concepção de Estado e de poder político em Maquiavel. Tempo da Ciência, v. 13, n. 25, p. 117-128, 2006.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. Teorias da personalidade (E. Kanner, Trad.). São Paulo: Thomson. (Trabalho original publicado em 1994), 2002.

FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996a

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

FREUD, Sigmund. Por que a guerra. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996c

FREUD, Sigmund. Totem e tabu e outros trabalhos. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996b

Amorim, Richard. Filosofia. Rio de Janeiro: Bernoulli, 2016

GARCIA-ROZA, L.A. Freud e o inconsciente. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

KUSNETZOFF, J.C. Introdução à psicopatologia psicanalítica. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

MEDNICOFF, E. Dossiê Freud. 7. ed. São Paulo: Universo dos Livros, 2015.

TEIXEIRA, M., BOCK, A., & FURTADO, O. (1999). Psicologias. São Paulo: Saraiva

VKOLTAI, C. Totem e Tabu: Um mito freudiano. Rio de Janeira: Civilização Brasileira, 2010.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. Teorias da Personalidade. Trad. Ca mila P. S. Sybil Safdié. São Paulo: Habra, 1986.

DAVIDOFF, Linda. Introdução à Psicologia. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto. O moderno Príncipe e os principados da atualidade: Maquiavel aplicado à política contemporânea. Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 121, p. 67-73, 2011.

SINGER, A. (2006). Maquiavel e o liberalismo: a necessidade da República. En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx.

CARDOSO, Sérgio. Em direção ao núcleo da 'obra Maquiavel': sobre a divisão civil e suas interpretações. discurso, v. 45, n. 2, p. 207-248, 2015

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Reflexões em torno do princípio republicano. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 100, p. 189-200, 2005

KRITSCH, Raquel. Maquiavel e a República: lei, governo legal e institucionalidade política nos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. Revista espaço acadêmico, v. 10, n. 113, p. 26-37, 2010.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; MENEZES, Marilde Loiola de. A política da guerra em Maquiavel. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 12, p. 127-153, 2013.

BEIRÃO, André Panno. Maquiavel, o estrategista pensador e sua contemporaneidade. Revista da UNIFA, v. 30, n. 2, p. 24-33, 2017.

OLIVEIRA, Terezinha; RUBIM, Sandra Regina Franchi. Reflexões sobre a influência de Maquiavel na educação e na formação do Estado Moderno. Educação em Revista, v. 28, n. 1, p. 131-156, 2012.

SEIXAS, Paulo. O eterno fascínio de uma obra "abominável": O Príncipe, de Maquiavel. Philia&Filia, v. 1, n. 2, p. 226, 2010.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 11ª Edição - Vol. 11 - Ano: 2020. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos